



BAHIA E SEUS PROBLEMAS

Nos tribunais, a luta em defesa da classe

O setor jurídico do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo continua se debatendo para atender às causas trabalhistas e civis de seus associados. Se, no primeiro caso, o Sindicato tem condições de acompanhar o caso até o seu desfecho, no segundo ele se vê limitado a prestar um atendimento em nível de consultoria, uma vez que a Delegacia do Trabalho não permite que seja contratado um advogado para causas civis. A maior parte do trabalho realizado pelo jurídico em nível de assessoria, segundo a advogada do Sindicato, Lillian de Melo Silveira, refere-se a contratos de honorários e de direitos autorais. No caso dos contratos, a dificuldade encontrada é a ausência de um compromisso firmado por escrito — o acordo normalmente entre as partes é verbal. "No momento da ação e posterior pagamento da parte reclamante, explica Lillian Silveira, recorreremos à tabela de preços do IAB, vindo em seguida a perícia judicial a pedido do juiz". Mas, esclarece, na maioria das vezes as causas acabam terminando em composição (acordo entre as partes).

Outro problema comum é a violação de projetos: "Os projetos — diz a advogada — sofrem violações das construtoras, geralmente as de grande porte. Esse fato é tão normal que existe até uma tabela de preços, não oficial, para os casos de violação".

Lillian Silveira diz que o arquiteto não luta por seus direitos com receio de diminuir o campo de trabalho, temendo que ao reclamar de uma grande construtora possa ficar "marcado" e não receber mais a incumbência de desenvolver projetos de vulto. Com isso, as ações vão sendo perpetradas.

Outro caso padrão de violação de Direito Autoral — que é regulado pelas leis 5.194 de 1966 e 5.988 de 1973, as quais somente agora começam a ser efetivamente aplicadas —



é a alteração de projetos ou o seu desenvolvimento sem autorização. Ocorre, normalmente, quando o proprietário de um terreno contrata um arquiteto e depois vende a área, antes de iniciar a construção. O segundo proprietário ou desenvolve o projeto, sem consultar o arquiteto, ou contrata outro profissional para refazê-lo.

Metro quadrado

Entre os problemas enfrentados pelo setor Jurídico do Sindicato está o pagamento do metro quadrado, já que a tabela existente não tem jurisprudência fixada, ou seja, existe (a tabela) mas não resolve o problema. A tabela diz que o valor do metro quadrado será pago na época em que a causa for encerrada e não quando o projeto foi realizado, embora esta última situação acabe prevalecendo.

Um exemplo citado por Lillian Silveira é o da Prefeitura de Aparecida do Norte, que pretendia pagar uma quantia irrisória por um projeto. A causa acabou sendo ganha pelo Sindicato, mas o pagamento foi feito pelos preços da época da elaboração do projeto.

promessas seria, no nosso entender, protensioso demais para a realidade atual", mas garantem a continuidade dos trabalhos em desenvolvimento. Entre eles, estão: a correção nas distorções existentes no mercado de trabalho; o projeto de "Assistência Técnica Gratuita às Pessoas Carentes de Recursos (ATMI)"; das gestões junto ao CREA e ao CONFEA para eliminar os efeitos nocivos da bi-tributação do ISQN; do projeto de implantação da nova sede etc. Quanto à ATMI, no dia da posse da nova diretoria será assinado o convênio com o CREA/8.^a Região para repasse da verba cedida pelo CONFEA, devendo o projeto estar dentro de 90 dias em condições de ser enviado aos órgãos federais.

Além do presidente Clóvis Ilgenfritz da Silva, foram eleitos: Newton Bursmeiter, Cláudio Casaccia, Moacir José Felin, José G. Piccoli, Cesar Dorfman, tendo como suplentes Edeonor A. Buchholz, Helena Machado, Lenora Alencastro, Newton P. Bag-

"Falso autônomo"

Entre as causas trabalhistas, a reclamação mais freqüente é a do "falso autônomo". O arquiteto é contratado para trabalhar em uma empresa onde ele tem subordinação, horários, pode até chefiar um setor, mas não é registrado, assumindo todos os encargos. "Na verdade — explica Lillian — ele próprio assume a responsabilidade de pagar o INPS e outras taxas. Essa situação é particularmente prejudicial para o recém-formado. Não há fiscalização do INPS nem da Delegacia do Trabalho, dependendo de nós a iniciativa de notificar as empresas. Mas, ocorre que a "vítima" nem sempre reclama ou, se o faz, às vezes encerra o caso antes mesmo de sua conclusão, pois a empresa lhe faz uma contraproposta. Nesses casos, o Sindicato não pode tomar uma atitude antipática, pois na maioria das vezes o empregador também é arquiteto e até associado".

Outras frentes

Em nome do Sindicato, o setor Jurídico tem também feito representações junto ao CREA/6.^a Região e junto à Delegacia Regional do Trabalho, tendo inclusive iniciado a luta em favor dos funcionários públicos contratados a "título precário", no sentido de equiparar os níveis salariais entre engenheiros e arquitetos, pois estes últimos, na qualidade de "precários", não atingem os mesmos níveis profissionais.

Lillian de Melo Silveira, mestrado em Direitos Autorais Nacional e Internacional é assistente do professor Antonio Chaves na cadeira de "Direito Autoral" da Faculdade de Direito do largo São Francisco. Faz parte também do Instituto Interamericano do Autor, com sede em São Paulo, e tem uma tese em andamento sobre "Direito Autoral em trabalhos arquitetônicos".

gício, Gerd F. Zander, Sérgio Corvello. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Carlos M. Rosario, Carlos M. Fayet e Antonio Bortolozzo e como suplentes José Albano Wolkmer, Igenes D. Pinto e Carlos M. M. Maia. Os delegados representantes eleitos foram Clóvis Ilgenfritz da Silva e Newton Bursmeiter, ficando Cláudio Casaccia e Alfredo Porto Alegre como suplentes.

Recorde de votos na eleição do Sindicato gaúcho

Com o comparecimento recorde de 224 eleitores, entre os 310 aptos, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul reelegeram o arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva na presidência da entidade, assim como todos os integrantes da Chapa 1 (única). Dos votos apurados, apenas 6 foram brancos e 3 nulos, com a abstenção não chegando a 25%. O fato singular das eleições foi que votaram em separado, em condições extra-oficiais, muitos arquitetos com menos de dois anos de profissão, cujo voto não era permitido por lei. O fato de alguns membros terem se candidato a reeleição, conforme explicam os próprios integrantes da chapa 1 em documento divulgado no boletim do Sindicato, deveu-se ao fato de que muitos possíveis candidatos não chegaram a se organizar para efetivar o surgimento de outras chapas.

Os elementos da chapa única deixam claro, no documento, que "apresentar plataforma com programa e

**SEMPRE QUE ATUALIZAR
SEU ENDEREÇO,
NÃO ESQUEÇA DE
MENCIONAR O ANTERIOR**

As lutas e desventuras dos funcionários

Os "cochilos", voluntários e involuntários dos legisladores no caso das atribuições profissionais de engenheiros e arquitetos vem provocando constantemente discriminações e impedimentos ao livre exercício da profissão de arquiteto (Não bastassem as tentativas de "legalizar" os que a exercem como curiosos, ou mesmo de "conceder" aos corretores de imóveis uma somatória de atribuições de engenheiros e arquitetos).

O "affaire" Prefeitura de São Paulo — onde a Secretaria de Recursos Humanos impediu a posse de arquitetos em cargos de chefia, alegando que estes eram privativos de engenheiros, segundo a Lei 8513/77 e Decreto 14 541/77, ambos municipais — é um exemplo do que vem ocor-

rendo por todo o país e que exigem enérgicas intervenções das entidades de classe, além de colocar em destaque a necessidade de assessoria técnica na redação de nossa legislação.

Graças às intervenções dos Sindicatos de Arquitetos e dos departamentos do IAB muitos destes "cochilos" tem sido corrigidos, após muita luta, troca de memoriais, protestos e, principalmente, da união da categoria profissional.

Ao recorrer ao Sindicato, os arquitetos que prestam serviço (contratados e funcionários) na Prefeitura de São Paulo, deram à entidade de classe a força necessária para que esta agisse com todo o rigor necessário, promovendo reuniões, protestando junto ao prefeito Olavo Setu-

bal e solicitando o apoio do CREA/6.ª Região. E os resultados desta campanha, por certo serão mais intensos que a simples correção de eventuais "cochilos".

Uma outra surpresa estava reservada aos já discriminados arquitetos municipais. Em reação à denúncia de que vários profissionais de prefeitura estavam se prevalecendo de seus cargos para aprovar plantas de sua autoria (num volume que os colocou inclusive na mira do CREA), a prefeitura proibiu todos os seus profissionais de assinarem plantas. Isto é, ao invés da punição dos culpados (há inquérito administrativo), puniu-se todos os engenheiros e arquitetos. Punição que está sendo estudada pelo Sindicato dos Arquitetos que a considera injusta.

Além dos aspectos legais, que estão sendo encaminhados pelo SASP, o caso encerra outros aspectos que devem ser analisados pela administração pública:

1. É notória a disparidade salarial entre os honorários pagos aos profissionais que exercem suas funções para os órgãos de administração direta, empresas de economia mista e empresas privadas e/ou escritórios de arquitetura. E é esta disparidade que gera a necessidade do exercício de outras atividades (basta uma rápida comparação para constatar-se que isto ocorre em escala inúmeras vezes menor fora da administração direta).

Não estamos defendendo abusos e muito menos os assinadores de plantas, cuja ação é reconhecidamente nefasta à categoria profissional, mas o direito da equiparação salarial e em conseqüência, de condições de trabalho.

2. Sem a revisão das distorções salariais, a manutenção da punição a todos os profissionais poderá gerar situações ainda mais graves. Os antigos infratores por certo irão se utilizar de outros expedientes para aprovar as plantas que antes assinavam, os profissionais que realmente projetavam (não confundir com assinadores de plantas) serão forçados a buscar o "serviço" de calígrafos para legalizar seu trabalho.

V.V.



Durante reunião com o presidente do CREA, engenheiro Máximo Martins da Cruz, o presidente Geraldo Vespasiano, acompanhado da assessoria jurídica do SASP e do conselheiro Lúcio Gomes Machado, buscaram o apoio do CREA para as reivindicações dos funcionários municipais.

Para o presidente do CREA deve ter havido mesmo um "cochilo" na redação da lei que discriminou os arquitetos no preenchimento de cargos de chefia, pois a "discriminação, no caso, é descabida". (Na foto, Martins da Cruz, Vespasiano e Liliam Silveira).

ARQUITETO

Ano V n.º 46
Maio 1977
Tiragem: 13 000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda.

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.** Redação, Publicidade e Administração: rua Frei Caneca, 322 - térreo - telefone: 257-7049, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos do governo e construtoras. Circulação nacional.

Assinatura (12 números), Cr\$ 150,00. Número atrasado, Cr\$ 15,00.

SASP
Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni;
Vice-presidente: Paulo Lúcio de Brito;
Diretor-Secretário: Teru Tamaki, 1.º **Tesoureiro:** Ricardo Chahin; 2.º **Tesoureiro:**

Sérgio Teperman; **Diretores Suplentes:** Helene Afanasieff, Nelson Andrade, José Expedito Prata, Ana Maria de Biase Gonçalves Dente, Luiz Gonzaga de Oliveira Camargo e Paulo Sérgio de Souza e Silva. **Conselho Fiscal:** William Munford, Rodney Guaraldo e Antonio Melchior — **Efetivos:** João Clodomiro Browne de Abreu, Maria Cecília Closs Scharlach e Paulo Celso Dornelles del Picchia — **Suplentes.**

IAB-SP

Presidente: Benno Michael Perelmutter;
Vice-Presidentes: José Magalhães Jr., Fábio Goldman, Edson Eloy de Souza; **Secretário Geral:** Walter Renam Maffei; **Secretários:** Ernesto Theodor Walter, Roberto Gonçalves da Silva; **Tesoureiros:** José Alvaro Coelho e José Borelli Neto;

Diretores: Luiz Cláudio Villares, João Honorio de Mello Filho, Julio Katinsky, Pedro Taddei, José Carlos Ribeiro de Almeida e João Walter Toscano. **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn e Maria Cecília Closs Scharlach; **Representantes do Conselho Superior:** Eurico Prado Lopes, Haron Cohen, J. B. Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Sérgio Zaratini e Tito Livio Frascino (titulares), Alfredo S. Paesani, Israel Sancovsky, José Cláudio Gomes e Sami Bussab (suplentes).

ARQUITETO

Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor Responsável:** Fábio Penteado; **Editor Assistente:** Francisco Augusti; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Adail R. da Motta, Suzana Regazzini (assistente); **Diretor Ad-**

junto: arq. Sérgio Teperman; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), Silvia Penteado, Fátima Beltrão, Vanda Frias Pinto, José Roberto Silva (Rio), Virginia Fujiwara, Paulo Caruso (ilustrações); **Consultores/colaboradores:** Arquitetos Antonio de Oliveira Santos, César Bergstron Lourenço, Cristiano Mascaró, Fábio Goldman, Helene Afanasieff, Maria Helena Flynn, Teru Tamaki, Walter Maffei. **Correspondentes:** César Augusto Campos da Silva (PE), Ephim Shluger (EUA), Stenio José Ferreira e Luiz P. Conde (Rio), Ivan Mizoguchi e Clóvis Ingelfritz (RGS), Antonio José Cunha (BA); **Fotografia:** Fotógrafos Associados, Profoto; **Fotolitos:** Studfoto, Takano; **Composição e Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Seminário da Conesp reuniu construtores e arquitetos para avaliação

Para avaliar o trabalho desenvolvido no ano passado, a Conesp — Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo, reuniu seus técnicos, representantes de construtoras e de escritórios de Arquitetura de São Paulo e do Rio. O Seminário para avaliação da metodologia de trabalho adotada para os projetos escolares desenvolveu-se com a exposição de cinco temas, os quais em seguida transformaram-se em comissões para debates e encaminhamento de novas propostas. Os temas foram "Critérios de implantação segundo a topografia e a orientação", "Sistemas construtivos e análise de custos", "Especificação de Materiais e componentes", "Dimensionamento modular e a padronização dos elementos e componentes da construção", e, finalmente, "Programação de projetos, prazos e organização". A discussão desses temas visam, segundo João Honório, Superintendente de Projetos da Conesp, ao desenvolvimento de uma sistemática de aperfeiçoamento do trabalho, uma vez que a realização de um plano de obras de construções escolares, como o que está sendo desenvolvido em São Paulo, exige um processo contínuo de cotejo de soluções e avaliação de resultados.

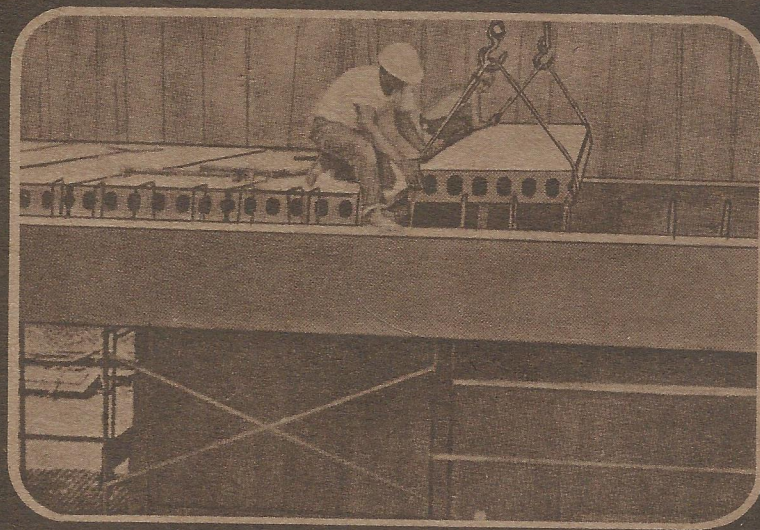
A proposição da Conesp para o

tema 1 "Critérios de implantação" é que "a topografia do terreno, suas dimensões, características do solo e localização dos possíveis acessos, influem na definição do partido arquitetônico, principalmente quanto à economia e os prazos restritos são condições essenciais para a elaboração dos projetos e construção". No âmbito do tema 2 ("Sistemas Construtivos/Análise de custos"), a Conesp propõe que o "projeto escolar deva ser adequado às exigências funcionais e operacionais, bem como deve permitir a possibilidade de futura expansão do prédio, de maneira simples, econômica e integrada ao conjunto original".

Para o tema 3 ("Especificações de materiais e componentes") — os fatores básicos a serem considerados para a escolha de cada solução devem ser, segundo a Conesp, os seguintes: custo e facilidade de aquisição e transporte, durabilidade, facilidade de execução, manutenção e reposição, adequação às condições pedagógicas e funcionais, segurança, higiene e conforto, aspectos culturais e estéticos e padronização. Quanto ao tema 4 o texto da Conesp diz que a "determinação de módulo visa a estabelecer a correspondência dimensional entre os diversos ambientes

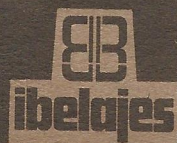
e os elementos da construção, bem como os componentes construtivos, objetivando alcançar, a longo prazo, por parte das indústrias, a racionalização dimensional de sua produção simultaneamente entendida pelos construtores e projetistas". No tema 5 ("Programação de projetos, prazos e organização"), segundo os critérios adotados pela Conesp, as restrições formuladas são produto da experiência acumulada e reaplicada num processo de criação coletiva de todos os profissionais envolvidos. O planejamento escolar adequado deveria analisar as variações de demanda durante um ano, efetuar as projeções para o ano seguinte, e ter condições de execução, em termos de atendimento, já no início do ano letivo alcançado pelas mesmas projeções. Estes foram, de maneira geral, segundo João Honório, os critérios apresentados pela Conesp para serem discutidos e analisados pelas comissões. Os resultados obtidos nos debates e as propostas encaminhadas pelos membros componentes das comissões, serão transformados em documento que os técnicos da Conesp deverão posteriormente avaliar, verificando assim as possibilidades de aplicação dessas novas sugestões e críticas formuladas durante o seminário.

LAJES DE PISO A SOLUÇÃO IDEAL: PAINÉIS PROTENDIDOS ibelajes



Onde haja uma construção de qualquer dimensão, de qualquer importância, de qualquer estrutura, de qualquer estilo, os painéis protendidos IBELAJES versáteis e resistentes, representam uma economia considerável de custo, mão de obra e tempo. Desde LAJES PARA PISOS E FORROS, COBERTURAS DE QUALQUER LINHA GEOMÉTRICA, PAREDES DE VEDAÇÃO, ARRIMOS, SILOS, PASSARELAS E CANALIZAÇÕES. Os painéis IBELAJES de esmerada execução não exigem normas especiais de emprego, pois são simples placas moduladas e autoportantes.

IBELAJES CONCRETO PROTENDIDO SA. •



São Paulo: Av. Santo Amaro, 1649 - fones 543-2094 e 61-0445
Jundiaí - fone 6-4622 Campinas 31-9099 Taubaté - 2-3819

Fabricamos também lajes pré-moldadas para pisos, forros, coberturas e abóbadas.

Processo Megsa, impermeabilização sem segredos

Impermeabilizar, um verbo transitivo que indica o fato de alguma coisa tornar-se imune a transposição de fluidos, é, na verdade, uma arte. Uma arte que adquire contornos ainda mais especiais quando transposta para lajes e coberturas de grandes construções.

E essa arte está sendo desenvolvida no Brasil, em toda sua plenitude, há 35 anos pela Megsa Produtos Impermeabilizantes Ltda., na procura constante da melhor forma de impermeabilização que conjugue a eficiência com a mais moderna técnica existente no setor. Edu P. Mattos, diretor da Megsa, vai explicar aqui a razão de os seus produtos estarem ganhando a confiança de arquitetos e projetistas.

O processo Megsa

O processo de impermeabilização Megsa divide-se, praticamente, em 3 fases distintas: preparo da superfície, aplicação de pintura asfáltica ou borracha (clorada ou sintética) e isolamento térmico.

É no preparo da superfície que o processo Megsa se diferencia de todos os outros existentes, além da qualidade exclusiva de seus isolantes. Normalmente, segundo Edu P. Mattos, o preparo de superfícies destinadas a impermeabilização não é encarado com a devida importância, utilizando-se elementos das mais variadas espécies para enchimentos (no caso de vigas invertidas) e não atentando-se para o fato da existência de impurezas.

Além disso, é frequente o caso de lajes concretadas sem nenhum cuidado ou previsão de rebaixo para encaixe das camadas protetoras. O processo Megsa exige no preparo das obras a limpeza das lajes, o corte dos rodapés, a eliminação de resíduos. Os ralos devem ser colocados de forma a permitir a execução da camada de regularização (partindo do ralo, com 2 cm de espessura). Esta camada deve ter um revestimento de caimento mínimo de 1% e os rodapés devem ter, pelo menos, 20 cm e ser executado com o canto arredondado.

Após essa fase, é feito o **preparo Megsa**, que consiste no revestimento com argamassa de cimento e areia (1:4) dosado com aditivo Megsa na proporção de 2% sobre o peso do cimento.

Outras fases

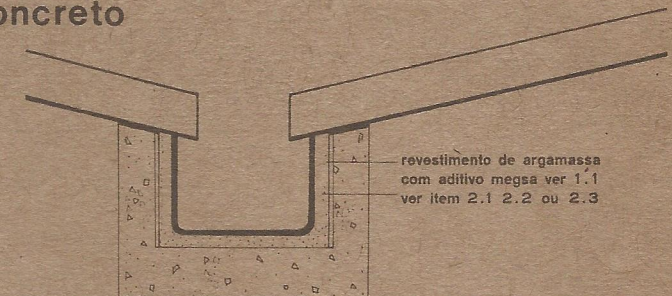
Existem, basicamente, dois tipos de impermeabilização: de massa ou rígida e de superfície ou flexível. No primeiro caso, o produto destinado a vedar a passagem de água é adicionado durante o preparo da argamassa ou concreto e, no segundo, ele é aplicado sobre a estrutura já pronta e endurecida.

Quanto à impermeabilização de superfície, usada principalmente em lajes e coberturas, existem três opções dentro do processo Megsa: **pintura asfáltica a frio** — Consiste na aplicação de duas demãos de

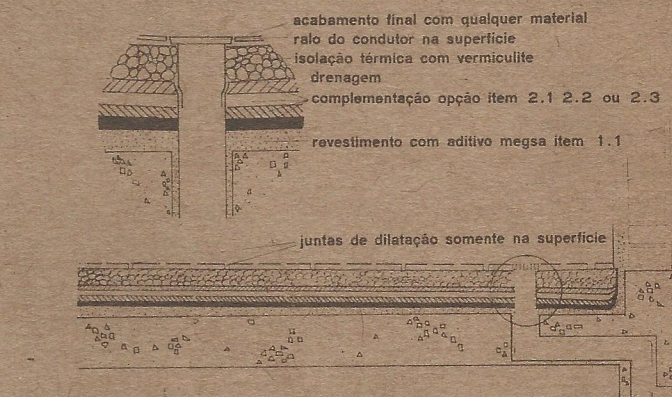
rebaixos



calha de concreto



lajes



primer preto Megsa e depois de uma camada de líquido preto Megsa. Esses produtos, à base de asfalto, óleos minerais e amianto, permitem a formação de um lençol flexível homogêneo, de uma camada sobreposta que, através de solventes, se agrega à anterior, evitando a separação das camadas. É utilizada principalmente em terraços e lajes de cobertura.

Megsapren — Elastômero — A utilização de um material mais nobre (Megsapren) à base de **borracha sintética** (polycloropreno), aplicado em 4 camadas e que forma uma película de comportamento elástico, mesmo que a superfície sofra trincas. Também à base de solvente, incorpora-se às outras camadas. Usado muito em impermeabilização de calhas e lajes de concreto, terraços, marquises, cúpulas, coberturas aparentes, piscinas etc.

Megsa BC (borracha clorada) — As pinturas impermeabilizantes feitas com a borracha clorada caracterizam-se pela maior resistência física não exigindo acabamentos de proteção. Destaca-se por suas qualidades de isolante térmico, quando na cor branca, e resistência a produtos químicos inorgânicos. Utilizado em pintura de laje de concreto, marquises, terraços, calhas de concreto, coberturas aparentes, lagos, piscinas, cúpulas, banheiros, cozinhas, fachadas e também na sinalização de ruas

e aeroportos e sobre superfícies metálicas, como tanques para indústria petroquímica, naval, pontes e indústrias cujos produtos sejam corrosivos.

Na cor branca, atua por reflexão como agente térmico, sendo utilizada também para pisos de garagens industriais, evitando a desagregação do piso e poeira. Em banheiros e cozinhas pode substituir o azulejo tanto em paredes como em pisos.

Isolante

O processo Megsa é completado com a aplicação do Vermiculite, um produto mineral, inorgânico, incombustível, que isola frio, calor e som evitando a oxidação provocada pelos raios solares. De durabilidade ilimitada, o Vermiculite funciona como um verdadeiro dreno, impedindo o encharcamento da laje. Como isolante termo-acústico é usado em lajes de cobertura, terraços, tubulações de água quente e vapor, caldeiras, fornos, siderúrgicas etc.

Essa arte é desenvolvida diariamente pela Megsa em obras de todas as envergaduras, desde edifícios residenciais, indústrias, hospitais, até mesmo pontes e viadutos. Informações mais detalhadas sobre o processo Megsa de impermeabilização podem ser conseguidas na rua Venâncio Aires 647, São Paulo, fones 62-4600 e 62-2102.

Mange diverge do IAB/SP no "Solo Criado"

O secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo durante um debate sobre o "Solo Criado" no Instituto dos Arquitetos do Brasil praticamente confirmou que o anteprojeto será submetido ao Congresso Nacional brevemente. Segundo Mange, "o anteprojeto não é um fato isolado nem um balão de ensaio, pois foi elaborado com observação permanente do governo federal e será acompanhado por uma legislação estadual — válida para a Grande São Paulo — e outra nacional, destinada a todas as regiões metropolitanas".

Ernest Mange, depois de explicar toda a teoria que levou o governo municipal a optar pela adoção do "Solo Criado", contestou as críticas formuladas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil sobre os riscos que a lei municipal pode trazer, reivindicando uma legislação federal sobre o problema e um amplo debate em torno do assunto:

"Não posso concordar com as acusações feitas ao nosso trabalho. Falar em formulações particularizadas e precoces é fortalecer os setores que não estão interessados na aprovação dessa lei. E se não foi essa a intenção do IAB, é isso que irá acontecer".

O documento

O documento do IAB que provocou a reação do secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano surgiu em virtude de uma entrevista concedida pelo coordenador da Cogep, Cândido Malta Filho, na qual ele se referia ao apoio dado pelo IAB à tese do "Solo Criado", mediante um documento, o que provava que a proposta não estava sendo rejeitada por todos os setores e entidades que a discutiram.

No documento, o presidente do IAB/SP, Benno Perelmutter e o diretor de Política Urbana, Pedro Taddei Neto, reiteram a posição assu-

Um convênio multilateral de ajuda recíproca foi o principal resultado do I Seminário Nacional de Informações Técnicas para o Planejamento Metropolitano, realizado na Emplasa. O objetivo do convênio é a prestação de ajuda e troca de experiências e informações de ordem técnica e reuniu a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas, a Secretaria dos Negócios Metropolitanos de São Paulo, a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo e as demais regiões metropolitanas.

Durante o simpósio, a CNPU, por meio de Jorge Guilherme Francisconi, anunciou que o governo federal pretende criar regiões pré-metropolitanas. Segundo a tese da CNPU, Santos, Campinas, Vitória e São Vicente são algumas das cidades que têm crescido a níveis elevados e não podem mais ser tratadas como simples municípios.



mida pela entidade há quase um ano, encarando com otimismo os estudos sobre a desvinculação entre o direito de propriedade e o de construir, lembrando que todo o êxito dessas medidas depende de uma clara definição por parte do Poder Público, quanto aos objetivos para as diferentes áreas que compõem as cidades. Lembra, inclusive, que iniciativas como essa podem dispensar a tramitação no Congresso Nacional.

O que irritou o secretário foi o último parágrafo do documento onde o IAB chama a atenção para o risco de perda de oportunidade histórica por formulações particularizadas e precoces. Sugere que através de um diálogo amplo sejam criadas condições para a elaboração de documentos legais, coerentes com a magnitude das potencialidades e dos problemas das cidades brasileiras. Mange diz haver nessa posição uma censura velada à ação da Prefeitura e o reforço de posições contrárias à tese do "Solo Criado". Os arquitetos, explicaram então, que no momento que considerarem apropriado poderão dar seu apoio, mas que jamais poderiam aprovar incondicionalmente a tese.

Ao rebater a posição de Pedro Taddei Neto — de que há diferenças entre as propostas originais sobre o direito de propriedade e construção e as agora apresentadas — Mange

disse que "a questão foi inicialmente colocada em plano nacional, como se o país fosse o cenário. Só que nesse cenário apareceu um personagem, no caso a lei municipal, que ganhou vida própria. Era preciso que alguém tomasse a iniciativa e assumisse a berlinda para evitar que a oportunidade seja perdida".

Mange disse estar cansado de ver tantos relatórios e planos sobre São Paulo — "a cidade parece mais um paciente, submetido a mil exames, recebendo centenas de diagnósticos e nada mais" — e comentando a estranheza dos arquitetos sobre os estudos desenvolvidos a nível federal, disse que "há certas coisas que não podem ser divulgadas. São os chamados segredos de Estado".

Encontro

Durante o encontro, depois das justificativas do secretário sobre as vantagens da aplicação do "Solo Criado", os arquitetos voltaram a demonstrar preocupação com a aplicação dos recursos que serão recolhidos. Antonio Resk, secretário de Finanças de Osasco, lembrou a necessidade de esses recursos convergirem para as áreas menos favorecidas. O engenheiro Roberto Schover, representante da Federação das Indústrias de São Paulo, disse ser favorável à medida, embora considere o momento impróprio para sua aplicação, pois a população teria que arcar com mais um imposto.

O arquiteto João Clodomiro Abreu preocupa-se em saber se a medida atingiria toda a Grande São Paulo uma vez que os municípios ao longo da cidade também determinam o equilíbrio urbano. Mange afirmou que existem estudos na área federal no sentido de estender os elementos conceituais do "Solo Criado" a todas as áreas metropolitanas do país, ficando sua aplicação restrita a cada município em particular.

Resultados

O Seminário, segundo o secretário de Assuntos Metropolitanos de São Paulo, Roberto Cerqueira César, foi importante porque reuniu técnicos de todas as regiões metropolitanas do país que, juntos, irão preparar sugestões para a elaboração de questionários que o IBGE vai utilizar no censo estatístico de 1980. Francisconi foi mais além, dizendo que "o Sistema de Informações para o Planejamento Metropolitano (SIPLAN) foi o exemplo mais concreto apresentado durante o encontro de que é possível fazer-se uso dos dados disponíveis, que até agora somente tinham sido utilizados para problemas específicos".

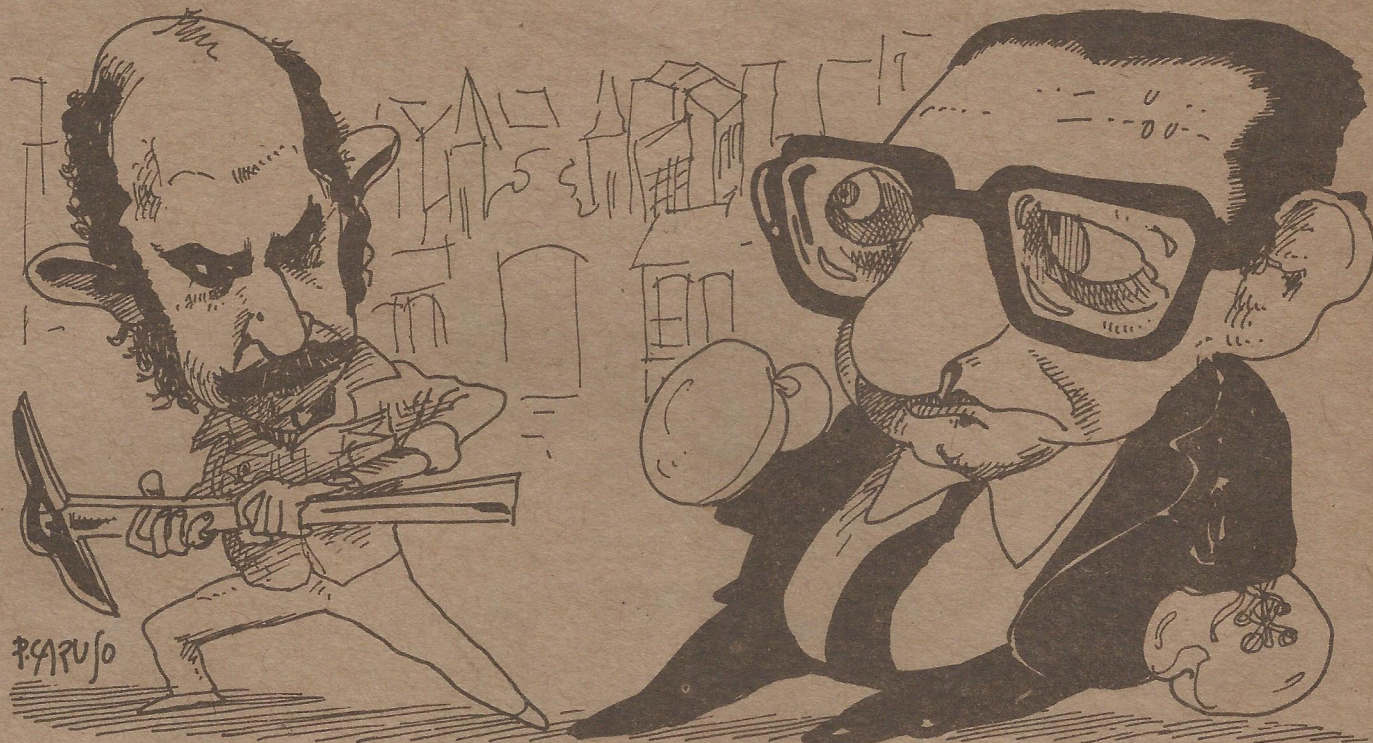
IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que até pouco tempo era

visto apenas como uma fonte coletora de dados, teve esse conceito mudado. Essa é a opinião do representante do IBGE, Spiridão Faissol, expressada durante o Seminário, propondo inclusive um maior intercâmbio entre os técnicos das regiões metropolitanas e o Instituto. O presidente da Emplasa, Eurico de Andrade Azevedo, considera que essa abertura por parte do IBGE (aceitar sugestões dos técnicos para o censo de 80) por si só justificava a realização de um Seminário. Para Eurico Azevedo, outro ponto importante foi a aceitação, pelo IBGE, da validade da cartografia metropolitana como base para suas áreas de coleta e registro de estatística na região da Grande São Paulo, e a utilização dos mapas produzidos pela Emplasa.

Um convênio une as nove regiões metropolitanas

A troca de prefeito em Salvador



A cidade de Salvador viveu nos últimos dias de março um clima de apreensão em razão dos desentendimentos entre o governador Roberto Santos e o prefeito Jorge Hage Sobrinho, que culminou com a exoneração do prefeito.

A crise no âmbito municipal começou um ano após a indicação, pelo próprio governador, de Jorge Hage Sobrinho. O prefeito resolveu derubar a favela do "Marotinho", um aglomerado de 300 famílias que ocupavam miseráveis barracos em um terreno da Prefeitura entre os bairros da Fazenda Grande e São Caetano. Na época, Jorge Hage foi acusado de "incongruente" porque havia anunciado uma política destinada aos bairros mais pobres da cidade.

Dispondo de poucos recursos, Hage optou por uma política de "adensamento" ao invés de "espichar" a cidade, o que, segundo suas declarações, provocou resistência entre os empresários do setor imobiliário que teriam passado a exercer pressões contra a administração municipal.

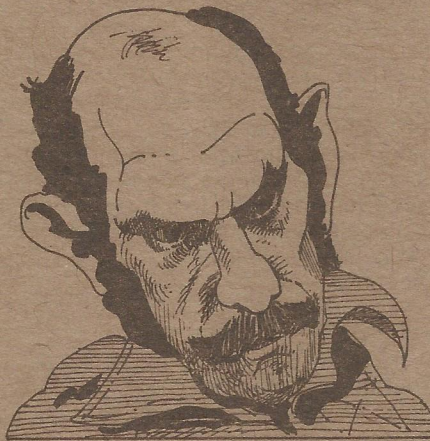
Sua administração, abandonando a política de extensão da malha urbana para dedicar-se a obras de menor vulto visando a humanização da cidade, implantando calçadas no centro e tentando afastar os veículos de transporte individual com a construção de estacionamentos periféricos, provocou críticas do jornal "A Tarde". Depois, ao reajustar o imposto predial, aumentou a oposição que o jornal lhe fazia e, em re-

presália, Hage decidiu cobrar do jornal velhos débitos e impostos. A empresa negou essas dívidas e publicou um "fac simile" de uma entrevista concedida por Hage ao "New York Times" onde relatava o quadro de miséria existente em Salvador. O prefeito reagiu, publicando em outros jornais documentos provando as dívidas de "A Tarde". O jornal retrucou, publicando a lista de seus devedores — encabeçada pela própria Prefeitura Municipal. Hage reafirmou as declarações feitas ao jornal norte-americano e passou a receber uma oposição mais ferrenha de "A Tarde", que terminou com sua exoneração. O governador Roberto Santos indicou para a Prefeitura o deputado federal e líder da Arena baiana, Fernando Wilson Araujo Magalhães.

Hage acusa e aponta o rosário da miséria

Jorge Hage Sobrinho, 40 anos, baiano de Itabuna, formado pela Universidade Federal da Bahia, com curso de pós-graduação em administração pública na University of Southern California, sustenta todo o seu programa em dois anos de governo. Na mensagem que preparou para ler durante a abertura dos trabalhos da Câmara Municipal — e que acabou não sendo lida — o prefeito repete seu rosário de dados sobre a miséria de Salvador.

Mostraria a situação de insuficiência dos serviços públicos e da estrutura de renda da cidade "onde 60% tem renda familiar abaixo de cinco salários mínimos" e acusa os "especuladores imobiliários de expulsar os que podem menos para áreas cada vez mais distantes ou áreas próximas porém inabitáveis". Na sua mensagem, o ex-prefeito defendia sua política de dar prioridade às obras em bairros populares, acentuando as realizações de sua administração, como a pavimentação de 1 298 000 metros quadrados, das



quais as mais importantes foram "em 130 humildes ruas escondidas nos bairros periféricos". Também não poupou críticas às administrações anteriores que "sempre optaram por obras vistosas sem nunca atacar em profundidade os problemas mais angustiantes das camadas populares". "Vendo o que vi e o que vejo — observava — não me é lícito hesitar em dizer que não são as grandes estruturas de concreto nem

as chamadas cirurgias urbanas, nem mais uma bela avenida aqui ou ali que irão resolver os problemas maiores de Salvador e de seu povo".

Hage diz que sua administração objetivava sensibilizar o governo federal para obter maiores recursos para as obras de infra-estrutura. Lamentou, porém, o fato de "a população ter sido viciada pela retórica de obras faraônicas", aplaudindo a construção de um novo viaduto e não tomando conhecimento de uma ampliação de rede de esgotos "a não ser no aspecto negativo do incômodo que a obra provoca". O ex-prefeito diz que sofreu pressões quando anunciou sua intenção de aplicar recursos nos bairros mais populares por parte dos proprietários de bairros centrais. Revelou também que as tentativas de indispor-lo com as Forças Armadas não tiveram êxito: "Está muito manjado no Brasil a trama de se denunciar como subversivas as pessoas que procuram defender o interesse público".

O IAB/BA na defesa da comunidade



O Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, manifestou sua apreensão diante dos acontecimentos e "das composições, políticas que os motivam e que se organizam, constituindo e destituindo administradores, impondo seus interesses, fora do conhecimento e da vontade das amplas camadas da população".

Sem tomar partido de qualquer uma das partes, o IAB/BA alerta a população sobre sua inabalável posição de defesa dos interesses da comunidade, lamentando a ausência do debate público sobre as alternativas do Uso do Solo para a Região Metropolitana de Salvador e salientando sua posição de "permanente e contínua vigilância quanto às decisões tomadas e a tomar derivadas do planejamento ou à sua revelia". O documento do IAB, na íntegra, é o seguinte:

A Comunidade Baiana

"O Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento da Bahia — IAB/BA — órgão que congrega os arquitetos deste Estado com vistas ao prestígio da profissão e ao bem-estar da coletividade, vem a público, como sempre o faz diante dos problemas da cidade, em apoio aos interesses e necessidades da maioria da população e na defesa da sua livre organização e expressão.

Vale lembrar os mais recentes posicionamentos do Instituto, quando do lançamento (junho 75) do documen-

to "O IAB-BA diante da problemática Urbana e Metropolitana de Salvador", que contém um amplo levantamento dos problemas da cidade e as perspectivas de sua solução, com a participação da comunidade e em função de seus interesses; quando do lançamento (também em 75) da "Carta aberta ao Prefeito de Salvador", onde conjuntamente com outras entidades de profissionais liberais da Bahia, através do seu Convênio Cultural, colocava para a administração e a comunidade os problemas mais candentes que afetam a sua vida e a urgente necessidade de encaminhamentos; quando da expulsão pela Prefeitura, (no início de 76) da população de Marotinho, conjuntamente com outros setores representativos da comunidade, em apoio à sua luta pela permanência no local; quando do lançamento (fins de 76), nacionalmente, do documento "Sobre Política Urbana", que contém uma análise crítica do processo de ocupação territorial em nosso país e das ações governamentais nesse campo e sugestões de encaminhamento em função das necessidades da comunidade.

Desta vez, o que motiva a atitude do Instituto são os recentes acontecimentos no âmbito da administração municipal, que culminaram com a mudança dos seus dirigentes.

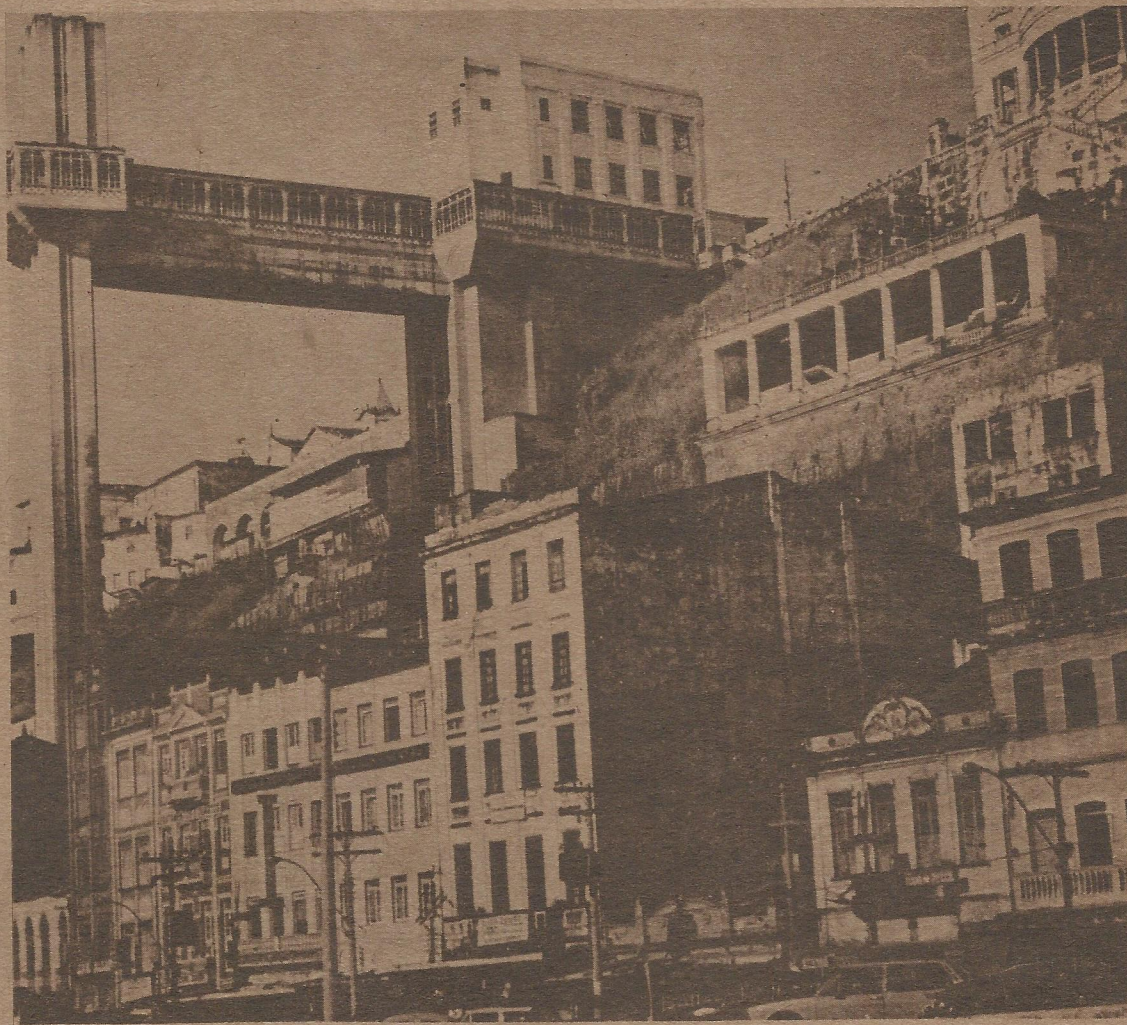
A população de Salvador já não é dado o direito de escolher livremente seus dirigentes e garantir o atendimento aos seus interesses pela

administração da cidade. Esta situação, de fato, se agrava quando a comunidade assiste, totalmente afastada e impedida de interferir, a um processo caótico de mudança no quadro da administração municipal, que terá consequências sobre as condições de sua vida na cidade.

Já que à população não é dado o direito de dirigir os destinos da cidade, manifestamos a nossa desconfiança e insegurança, que acreditamos pairar sobre toda a comunidade de Salvador — diante desses fatos, das composições políticas que os motivam e que se organizam, constituindo e destituindo administradores, impondo seus interesses, fora do conhecimento e da vontade de amplas camadas da população.

Este clima se estende especificamente sobre a mão-de-obra técnica que compõe a administração da cidade que, também desligada dos processos decisórios, permanece à margem desse quadro de mudanças administrativas. Mesmo assim, o empenho de equipes técnicas muitas vezes gerou processos de planejamento para o desenvolvimento da cidade, que se refletem ainda como tentativas incipientes, desde quando não incorporam aos mecanismos decisórios político-administrativos, uma clara e efetiva participação da coletividade em seus vários segmentos representativos.

Diante dos reflexos que as atuais mudanças na administração podem ter sobre os destinos da cidade, o



IAB-BA volta a reafirmar os princípios que sempre nortearam a atuação da entidade quanto aos problemas urbanos existentes, cujas soluções requerem o respaldo de um enfoque global e abrangente do crescimento da cidade e nunca a partir de obras e projetos setoriais, de prioridades duvidosas que comprometem não só a aplicação dos recursos públicos da comunidade, como, na maioria dos casos, não atendem aos reais interesses da maioria da população.

Esta orientação acaba por revelar e acentuar o descompassado e desarticulado processo de planejamento entre os vários níveis de governo, assim como sugere um caráter pragmático e anárquico pelo qual o processo decisório possa definir as prioridades das obras urbanas, vindo a revelar uma excessiva simplificação técnica dos problemas, através de "atos de vontade", seja como decorrência de ação individual ou de pressões de grupos minoritários de maior acesso às administrações centrais.

Cumpra assim ao IAB-BA, alertar à opinião pública, assim como aos dirigentes, sua posição inflexível de defesa de um processo de planejamento mais explícito e coerente entre as atribuições dos vários órgãos que atuam na Área Metropolitana de Salvador, assim como da importância crescente de se fixar melhor o papel de alguns órgãos no processo de decisão dos projetos e obras ur-

banas; mais especificamente nos referimos ao papel estratégico que deve caber à CONDER (Cia. do Desenvolvimento da RMS), ao OCEPLAN (Órgão Central de Planejamento da Prefeitura) e em especial ao CONDURP (Conselho de Desenvolvimento Urbano de Salvador), como entidades que congregam parcelas importantes da opinião pública a ser consultada, e que para tanto foi criado.

Por outro lado nos preocupa a ausência do debate público sobre as alternativas de Uso do Solo para a RMS e mais especificamente para Salvador, permanecendo para este último uma interrogação sobre os destinos do PLANDURB (Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador), sua divulgação de ótica, perspectivas e produtos a alcançar, em que prazos e horizontes de intervenção.

Finalmente cumpre salientar a inabalável posição do IAB/BA, na defesa dos interesses da comunidade, na avaliação constante dos desdobramentos administrativos sobre a vida da cidade e a certeza da necessidade de permanente e contínua vigilância quanto às decisões tomadas e a tomar, derivadas do planejamento ou à sua revelia, mas que comprometam o valor técnico e humano das soluções adotadas, pois no fundo se refletirão sempre sobre a comunidade urbana da qual fazemos parte e temos responsabilidade. Salvador, 5 de abril de 1977".



**Impermeabilização:
está no Brasil
a fórmula
da coexistência
pacífica.**

Nos versos do
poeta um canto
à "Triste Bahia"



"Triste Bahia/ Oh quão dessemelhante/ A ti tocou-te a máquina mercante".

Esses versos de Gregório de Mattos Guerra, repetidos recentemente por Caetano Veloso, vêm fatalmente à memória de qualquer pessoa que entre em contato com os problemas de Salvador, hoje totalmente desfigurada. Com mais de 1 milhão e 300 mil habitantes, a cidade suporta hoje, no plano social e urbano, as consequências do processo de migração, que junta com os soteropolitanos, os baianos do interior e nordestinos de outros Estados. Ocupando apenas 3% do território estadual, a região metropolitana de Salvador abriga mais de 15% da população baiana; desse total, 90% estão na capital.⁽¹⁾

A tendência de concentração habitacional na área metropolitana foi reforçada nos anos 60, com o surto industrial. E atualmente, com a ampliação do parque industrial em Aratu e do pólo petroquímico de Camaçari, ela se acentua mais ainda. Além de receber milhares de turistas do Brasil e do exterior, Salvador funciona ainda como cidade-dormitório para grande parte da mão-de-obra industrial dos municípios vizinhos.

Essa concentração, contudo, não se deu apenas em termos populacionais, mas também nos níveis de ren-

da. Cerca de 13% das famílias desceram para um nível de renda inferior a 1,5 salários mínimos e a proporção de pessoas que ganham menos de um salário mínimo subiu de 7% para 16%. Em compensação, cerca de 3% da população passaram a ganhar mais de 20 salários mínimos. Essa realidade é confirmada por um trabalho feito pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana) em colaboração com a Prefeitura: dos 350 mil trabalhadores da região metropolitana, 198 mil vivem em atividades caracterizadas como sub-emprego. O modelo de industrialização adotado, poupador de mão-de-obra, acentuou essa característica: o Centro Industrial de Aratu, por exemplo, proporcionou, até agora, só 9 mil empregos diretos.

A concentração populacional e o aviltamento da renda, somados, provocaram o resultado natural: falta de equipamentos urbanos e sociais e impossibilidade da maioria do povo de obter um mínimo de conforto. A análise de apenas alguns problemas da cidade, mostra, ainda que de forma incompleta, um quadro desolador.

Alimentação — Salvador depende cada vez mais de produtos vindos do Centro-Sul; seu preço é abusivo para o nível de renda dos baianos e o resultado é que 70,4% das fami-

lias da cidade (63,17% da população) estão abaixo do padrão mínimo alimentar.

Abastecimento de Água — Atualmente, só 50 a 60% da população são atendidas; no ano de 1975, a disponibilidade de água potável para consumo doméstico e industrial era de 190 milhões de litros por dia, mas para abastecer a população seriam necessários 272 milhões.

Hospitais e Escolas — A região metropolitana de Salvador tem apenas 7 984 leitos, o que significa uma oferta de 1,2 leitos por mil habitantes. Enquanto isso, a taxa de escolarização, no ensino primário, não é superior a 70% da população em idade escolar.

Habitação — De acordo com as estimativas otimistas, o déficit habitacional de Salvador é de 73 380 domicílios; de 1967 a 1973, o Plano Nacional de Habitação construiu uma média anual de 5 017 unidades residenciais em todo o Estado da Bahia, mas, somente para acompanhar o crescimento vegetativo da população, Salvador precisaria de 13 mil novos domicílios.

Transporte Coletivo — Enquanto o número de veículos licenciados de Salvador passava de 37 mil em 1970 para mais de 92 mil em 1975, a maioria da população sofre diariamente as consequências de um transporte coletivo mais que precário. O serviço é dividido entre a SMTC e 10 empresas particulares, com pouco mais de mil veículos atendendo a uma população em constante crescimento. A precariedade da frota, soma-se o problema da circulação. Historicamente, Salvador ocupou primeiro as cumeadas, onde estão os serviços e as residências. As ruas de cumeadas, contudo, não foram projetadas para suportar o atual volume de tráfego. Estreitas demais, elas são parcialmente desafogadas pelas avenidas de vale. Mas, como há grande dificuldade em articular as ruas com as avenidas, a circulação ainda é bastante deficiente. Como consequência, a população perde muitas horas de seu dia para conseguir trabalhar.

⁽¹⁾ Os dados dessa matéria fazem parte de um trabalho elaborado para o Projeto de Estudos na Administração Estadual da Bahia, do Centro de Administração Pública, da Universidade Federal da Bahia.

JOSÉ MOSCARDI

& JOSÉ MOSCARDI JR. • F:298-3425 • S. PAULO, SP



PHOTOGRAPHIAS



Fotos de maquetes
em menos de
30 segundos

A união em nome da causa comum

Dentro de algumas semanas deverá reunir-se, em Fortaleza, o Conselho Superior do nosso Instituto. Será a primeira oportunidade, na presente gestão, de fazer um balanço dos nossos trabalhos em todo o país. Será, principalmente, a oportunidade de verificar até que ponto estamos conseguindo desenvolver a atividade principal do IAB, a atividade cultural das comissões e grupos de trabalho, que a plataforma do COSU qualifica de tarefa mais importante.

Estamos todos de acordo em que o arquiteto deve aprimorar constantemente o nível de seu preparo profissional e, ainda mais, estender os seus horizontes culturais até as raízes dos processos de que é parte integrante e responsável. Isso significa estender os seus horizontes nos campos social, econômico, histórico. Do contrário, tenderá sempre o arquiteto a ocupar o último lugar na seqüência das decisões, cabendo-lhe tão somente dar forma ao que já tenha sido determinado por outros.

O instrumento desse processo de alargamento de horizontes e de aprimoramento contínuo é a comissão de estudos, o grupo de trabalho, o trabalho coletivo nos Departamentos. Sejam quais forem os motivos do interesse de um grupo de arquitetos, sejam quais forem as tendências que eles representam, o lugar em que desejamos que se reúnam, e discutam livremente, é o Departamento ou a Seção do IAB.

As comissões nacionais só poderão existir como reflexo de atividades desenvolvidas em Conselhos Departamentais. Sua razão de ser é, certamente, procurar determinar o consenso entre nós, quando esse consenso existe. É também sua tarefa promover o debate das idéias, com a mais absoluta liberdade, quando se manifestar a diversidade de posições, de aspirações, de perspectivas para o futuro. A fidelidade a uma unidade de atuação prática nunca se poderá confundir com a ilusão da verdade única, da verdade oficial do IAB. Tal ilusão deixaria fora do nosso campo visual a extrema diversidade das idéias que inspiram as diferentes gerações de arquitetos, as diferentes tendências que inspiram a sua pesquisa e as suas propostas. Acolher em seu seio todos quantos queiram debater os problemas da nossa arquitetura e do nosso meio habitado, é a própria razão de ser da nossa organização.

Demétrio Ribeiro

Centro de Convenções da Bahia e o concurso

A direção nacional do IAB organizou, conforme determinação da COSU em sua reunião de janeiro, uma comissão para examinar o caso do concurso para o Centro de Convenções da Bahia. A comissão é formada por representantes dos Departamentos do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo.

Em Mar del Plata reunião do Cone Sul

A próxima reunião dos países do Cone Sul — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — será realizada em setembro, em Mar del Plata. O Brasil deverá apresentar dois documentos: **Turismo** (coordenação do arquiteto Rogério Malinsky, do IAB/RS) e **Habitat** (coordenação do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, do IAB/SP).

Prazo para o Congresso da UIA

O prazo para encaminhamento das contribuições e teses para o XIV Congresso da União Internacional dos Arquitetos, que será realizado em outubro de 1978, no México, expira em outubro de 77, ou seja, um ano antes de sua realização. A direção nacional do IAB está recomendando que todos os departamentos e seções que prepararam contribuições levem roteiros completos e, se possível, redações preliminares, para submetê-las ao COSU, de Fortaleza, em julho. O tema do Congresso do México será "O Desenvolvimento Nacional e a Arquitetura".

Um alerta para a profissão

O IAB está recomendando a maior atenção ao problema das atribuições conferidas a engenheiros e arquitetos, pedindo a todos, inclusive aos universitários, que cerrem fileiras contra a consagração dessa infração à lei, ou seja, a organização de cursos especiais para engenheiros desejosos de adquirir atribuições de arquitetos mediante a aprovação em uma cadeira de Arquitetura. "Essa luta — esclarece o IAB — deve ser o motivo de um processo de esclarecimento amplo, atingindo inclusive os estudantes de engenharia que estão sendo iludidos com tais manobras."

Comissões nacionais permanentes

O IAB/DN está lembrando aos Departamentos e Seções a necessidade de encaminhar indicações dos nomes que poderão compor as

Comissões Nacionais Permanentes, que tratarão dos diferentes temas constantes da nominata de Comissões da UIA e da FPAA. A idéia é formar essas comissões, o mais tardar, na reunião de Fortaleza e é com base nessas indicações que o DN preparará sua proposta ao COSU.

Campus da Universidade Federal de Sergipe

Está aberta a pré-qualificação de empresas e técnicos em projetos de arquitetura, engenharia e paisagismo para o campus da Universidade Federal de Sergipe. Informações no ETA, avenida Gonçalo Prado 992, Aracaju (Se).

O concurso para o CREA/MG saiu

O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais e o Instituto de Arquitetos do Brasil assinaram um convênio visando a instituir um concurso para construção da nova sede do CREA na praça Carlos Chagas, em Belo Horizonte. A decisão vem de encontro às preocupações dos arquitetos que estranhavam o fato de o CREA ter iniciado sua campanha para nova sede e não divulgar nada sobre a elaboração do projeto. O prédio será construído em uma área entre o Banco

Central e a Assembléia Legislativa e deverá abrigar as entidades ligadas ao CREA/MG e um auditório com três mil lugares.

Minas ganha a Casa do Arquiteto

O IAB/MG está anunciando a construção da Casa do Arquiteto, em terreno doado pela Prefeitura. O projeto é de Antonio Batista Passos, Fernando Freire Pimentel e Eduardo Luis Batista. A nova sede do IAB/MG poderá estar pronta em seis meses.

O concurso da UNESCO

A direção nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil já tem informações sobre o concurso entre estudantes de arquitetura para o prêmio Unesco, a ser conferido no Congresso do México em 78. Maiores detalhes na rua Professor Annes Dias 166, Porto Alegre, fone (0512) 7623.

IAB/Rio em busca de uma nova sede

O Instituto do Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio de Janeiro, está procurando uma casa no bairro do Botafogo, em terreno que não sirva para incorporação, para transformar em sua nova sede.



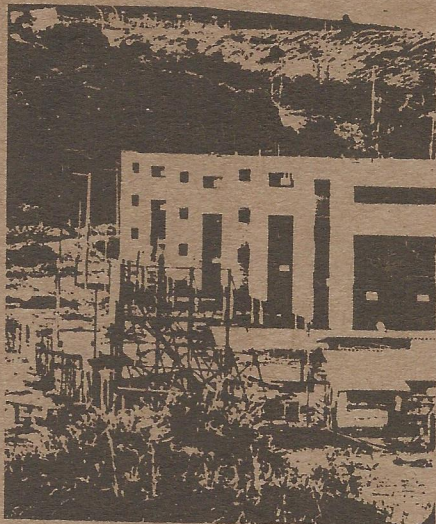
Impermeabilização
instantânea e
definitiva com
o aproveitamento
da própria água.

HEY'DI DO BRASIL

Novo telefone: 284-4122 (SP)
Telex: 011 - 24223

Representantes em Belém, Brasília,
Curitiba, Fortaleza, Joinville e
Porto Alegre.

“O IAB e a Política Habitacional”



de João Ricardo Serran

Um levantamento completo sobre as posições defendidas pelos arquitetos, de 1954 até os dias de hoje. Um lançamento conjunto do Conselho Superior do IAB e Schema Editora. Preço do exemplar Cr\$ 50,00

Pedidos:

Schema Editora Ltda.

Rua Frei Caneca, 322 — Tels. 257-7049 e 258-9361

01307 — São Paulo

Envie cheque nominal ou solicite pelo reembolso postal

ESCRITÓRIO JACOBINA Assessoria Fisco-Contábil-Tributária



Especializado em todos os serviços relacionados às sociedades civis e profissionais autônomos

Av. Ipiranga, 879, 8.º andar - cjtos. 87 e 88
Fones: 35-2436 e 32-8967 - São Paulo

A Líbia está convocando profissionais

A Embaixada da Líbia no Brasil está recrutando profissionais no Brasil e em mais oito países. Oferece a engenheiros, arquitetos, médicos e projetistas salários de 1 400 a 2 700 dólares, além de pagar as despesas de viagens e conceder empréstimos para facilitar a instalação naquele país. A Líbia pretende recrutar 179 projetistas e desenhistas, 149 engenheiros civis, 103 arquitetos e planejadores civis, 48 engenheiros eletrônicos e 54 engenheiros mecânicos. Não há qualquer exigência quanto a idade, mas é imprescindível o conhecimento da língua inglesa.

A AGRAF na defesa da criação e expressão

A Associação dos Artistas Gráficos e Fotógrafos de Imprensa realizou sua primeira eleição, elegendo a chapa formada por Elifas Andreato (presidente), Chico Caruso (vice-presidente) e mais 19 profissionais. Os objetivos da diretoria da AGRAF são: defesa do livre exercício da profissão, lutando pela liberdade de criação e expressão; tentativa de definição junto às autoridades trabalhistas da profissão de ilustrador, diagramador e de repórter fotográfico; elaboração de uma tabela de preços mínimos; apresentação de emendas à lei 5 988 (que regulamenta os direitos do autor); avaliação dos efeitos causados pelas agências distribuidoras no mercado de trabalho; taxaço de material gráfico e fotográfico estrangeiro; regulamentação e aplicação da lei que estabelece a obrigatoriedade de publicação de quadrinhos nacionais nos órgãos de imprensa; promoção de cursos técnicos de especialização profissional; criação de bolsas de emprego.

Uma exposição itinerante na Argentina

A Argentina está convidando arquitetos para participar de uma exposição itinerante com seus trabalhos (em 2 a 4 pranchas de 50 x 60 centímetros) que serão publicados em catálogos. Os trabalhos devem ser enviados para “Centro de Arte y Comunicacion / Elpidio Gonzales - 4070 — Buenos Aires”.

O gás, sem problemas, nas grandes cidades

O Instituto Brasileiro de Gás vai promover, entre setembro e novembro, dois cursos destinados a desenvolver técnicas de construção de redes de distribuição de gás que atendam às exigências das grandes

cidades no que se refere ao tráfego de veículos, bem-estar geral e normas de segurança e uma tecnologia de combustão menos onerosa e poluente.

Essa foi a primeira decisão da nova diretoria, que tem como presidente Evandro Figueira Paiva, que tomou posse em maio, no Rio.

O Instituto Brasileiro do Gás congrega cerca de 200 empresas representantes de setores de produção e distribuição de gás combustível canalizado e GLP, fabricação e fornecimento de equipamentos e empresas de projetos e execução de obras e serviços para a indústria do gás.

O patrimônio histórico do Rio agora catalogado

O Patrimônio Cultural do Estado do Rio está sendo inventariado pela Divisão do Patrimônio Histórico. Mais de cem imóveis já foram catalogados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Macaé, Vassouras, Rezende, Friburgo, Volta Redonda, Barra do Pirai, Nova Iguaçu e Valença.

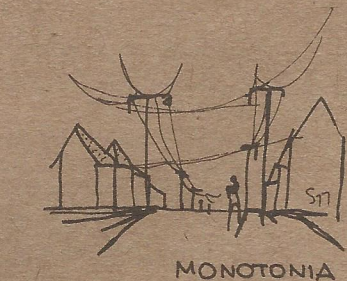
A busca de subsídios para reunião do UIA

Israel Sakowsk, delegado brasileiro no Grupo de Trabalho mantido pela União Internacional dos Arquitetos, está solicitando a colaboração de todos os profissionais na elaboração do temário “Industrialização da Construção nos Países em Desenvolvimento”, ponto central da reunião que a UIA promoverá em outubro de 1978, no Recife. As sugestões podem ser encaminhadas ao próprio Israel Sakowski, avenida Paulista 2 202, 15.º andar, cj. 153, Fone: 288-1233 (SP).

Embratur vai financiar o Centro de Artes

O Ministério da Indústria e do Comércio, por meio da Embratur e do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), vai financiar a construção e o projeto do Palácio das Artes, que o governo do Estado do Rio chama de Centro de Artes, no aterro do Flamengo, entre o Museu de Arte Moderna e o aeroporto Santos Dumont. A obra, orçada em Cr\$ 62 milhões, tem projeto de Oscar Niemeyer, cálculos estruturais do engenheiro italiano P. L. Nervi e estudos sobre som e movimento do francês Jean Prouvé. Segundo as explicações do arquiteto Oscar Niemeyer, o Centro permitirá “realizações diferentes, de caráter popular, com os auditórios abertos para o foyer e o público distribuído sem formalidade, participando do espetáculo como se estivesse numa grande praça coberta”.

Rua, a paisagem abandonada



MONOTONIA



A VEGETAÇÃO COMO DILUIDORA DE UMA RIGIDEZ...



O DESENHO MAIS "LIMPO DA RUA"

Por natureza, somos pedestres, passando uma boa parte do dia-a-dia andando pelas nossas ruas e espaços urbanos. O espaço rua — vital para a circulação do ente humano nas cidades, é realmente um dos pontos mais abandonados pelos projetistas nas discussões sobre a cidade.

Não a rua como estrutura de escoamento de tráfego, esta muito importante, mas a rua-desenho, paisagem feita também em função do pedestre, de suas necessidades de apropriação da cena urbana.

É importante que arquitetos, como classe, desde que assumiram o encargo de planejar e desenhar o "urbano", discutam e proponham alternativas viáveis para a situação.

A única proposta nova surgida entre nós (desde as ruas dos bairros-jardim) foi o calçadão, uma solução velha já testada com sucesso em várias outras partes do mundo e que chega a nós com uma carga grande de estereótipos e problemas de implantação.

Se nos tempos coloniais ou mais próximos, a rua era quase posse exclusiva do pedestre, agora ele (pedestre) ficou confinado às calçadas, muitas vezes estreitas, comprimidas entre massas edificadas e automóveis — circulando ou não — com a cobertura obstruída por uma confusa malha de fios e painéis comerciais, onde o elemento "verde" aparece como um fator de "reparo" de diluidor do "peso" da situação, de busca da volta da natureza.

O importante é que o pedestre tenha um espaço dimensionado para que não fique com o "mínimo para sobrevivência".

Não é entretanto a colocação de árvores ou de pisos padronizados com símbolos estaduais que vão estruturar a situação de forma que o espaço fique mais apropriável para o homem. O importante é que exista um relacionamento adequado entre a massa construída, o pedestre e o veículo, que o pedestre tenha um espaço dimensionado também para que não fique "com o mínimo para sobrevivência".

Devemos propor espaços no qual o ser humano possa fluir sem obstáculos, podendo parar para conversas ou contemplação, com condições equilibradas de sombra e luz e um controle mínimo de seqüência visual. É, pois, importante que exista uma discussão dos parâmetros que regem a colocação dos edifícios, da sua relação com a rua, de modo que ao indivíduo não se criem situações de penumbra ou corredor, situação esta já acentuada pela existência de uma pluralidade de equipamentos, como postes e "que-tais".

Tudo pode parecer óbvio, mas pouco se discute a respeito do problema. Quando se propõe ruas exclusivas para pedestres, por exemplo, a primeira idéia, que se coloca na mente de qualquer projetista são vasos, flores e bancos. Mas, a transposição do conceito de arquitetura, onde cada espaço tem sua função e deve ter equipamentos suficientes e adequados, nem sempre se extrapola para o trabalho do desenho de áreas externas.

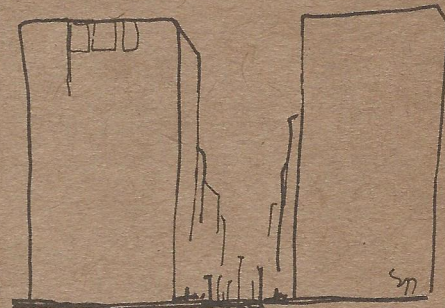
Se em uma rua ladeada em sua extensão por edificações baixas e heterogêneas pode-se tolerar, por exemplo, uma fila de postes de iluminação, desde que compensados com vegetação, o mesmo não se pode dizer desses elementos verticais em ruas de pedestres já margeadas por muralhas de concreto.

Os equipamentos devem ser equilibrados em sua quantidade e qualidade, levando-se em conta, principalmente, que o pedestre primeiro precisa circular e depois, havendo espaço, deve ter a oportunidade de descanso.

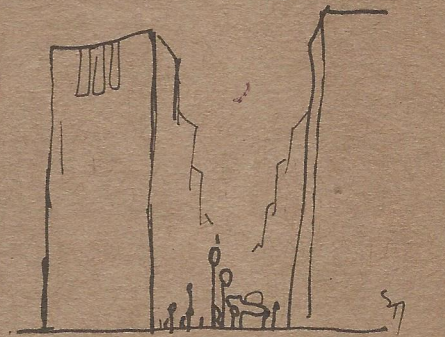
O passar deve ser fluido, de uma maneira dirigível não fragmentada, mas não necessariamente retilínea, isso dependendo da área do projeto. Nos nossos modernos calçadões, modulados muitas vezes, o entorno não é considerado em sua totalidade, e a ênfase é dada aos equipamentos — necessários, é verdade — que devem ser algo mais do que a "penúltima" linha de modelos existentes e obedecer a uma intenção de integração com o entorno e o pedestre, tomando-se cuidado para não se cair em alegorias acrílicas e simplórias.

Se um calçadão muda o comportamento humano, que o seu saldo seja positivo, que ele seja feito, pois é um espaço livre a mais na cidade, um outro setor para lazer — espontâneo ou não — mas que seja sempre adequado ao binômio homem-função.

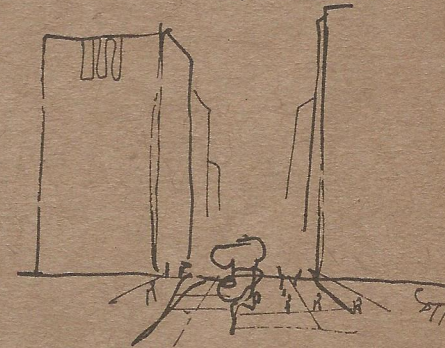
Colocamos no último artigo a pro-



A MASSA EDIFICADA DESTRUINDO A RUA



'O FESTIVAL' DE EQUIPAMENTOS



'TALVEZ UMA ALTERNATIVA QUE O PEDESTRE FLUA NO ESPAÇO

posição de uma espécie de pré-projeto em termos de volumes construídos na cidade. A partir disso debatemos a necessidade de uma pré-programação dos espaços-rua, onde a sua dimensão seja relacionada com a massa construída, onde os gabaritos sejam colocados em relação a um máximo de preservação da escala humana/pedestre dentro de um esquema de íntimo relacionamento entre recuos obrigatórios, alturas, densidades, circulação e topografia, adoção da limitação do número de postes, etc.

Esse é um processo lento, no qual sem a compulsória aceitação por parte da população de regras de uso e manutenção nada poderá ser feito, caso do lixo nas ruas, da depredação de calçadas, etc. É uma discussão velha fora do nosso país, mas que aqui foi anunciada a poucos e esporádicos grupos e que, com uma contribuição intensa de arquitetos, discutindo, propondo e projetando, poderá evoluir até que não precisemos importar esquemas de projeto para quando o fizermos, saibamos como utilizá-los dentro de nossa realidade brasileira e tropical.

Silvio Soares Macedo

Boicote contra o conforto térmico em Goiânia

O Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento de Goiânia, foi obrigado a paralisar o curso "Conforto Térmico em Clima Quente — Climatização Natural", ministrado pelo professor Maurício Roriz na Universidade Católica de Goiás, por falta de apoio da Universidade.

Em carta enviada ao presidente Eduardo Corona, da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, o presidente do IAB/GO, Antonio Manuel Pombo Fernandes, explica as razões que levaram o IAB a tomar essa decisão.

O curso já havia sido desenvolvido no segundo semestre de 1976, mas apesar de ter sido proposto pelo Departamento de Artes e Arquitetura e ter recebido pareceres favoráveis dos Conselhos da Universidade Católica de Goiás, "foi flagrantemente boicotado pelos setores administrativos e acadêmicos". Segundo o pre-

sidente do IAB/GO, foi "frustrada a tentativa de incluir esse curso senão no currículo pleno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, pelo menos como curso optativo e aberto". Mesmo com essa oposição, o IAB/GO decidiu patrocinar novamente este ano o curso, tendo inclusive conseguido espaço físico para as aulas no próprio Departamento de Artes e Urbanismo, já que os maiores interessados eram os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Mas não foi possível levar adiante a iniciativa. A Universidade Católica de Goiás, ao receber um pedido do IAB/GO solicitando um local para as aulas, demonstrou "grande desinteresse e, porque não dizer, boicote, no momento em que essa Universidade requereu um determinado pagamento mensal no sentido de "defender os interesses da Universidade". Esses fatores levaram ao can-

celamento do curso.

Na carta enviada à ABEA, o IAB/GO deixa claro que "não é de interesse deste Departamento (IAB/GO) repetir a promoção de um mesmo curso já que não somos instituição de ensino". Adverte ainda a Associação sobre certos fatos que "julgamos nós (IAB/GO) talvez possam ser generalizados a nível de Ensino Superior de Arquitetura particular, como é o nosso caso".

O IAB/GO informa ainda à ABEA que "ao paralisar a promoção, não deixa de lado o problema", pois está tentando manter contatos a nível de Reitoria para que "em definitivo, o Departamento de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás possa contar em seu acervo com disciplinas como Conforto Térmico, que poderá ser a célula inicial para se ampliar para Conforto Ambiental e outras facetas".

Em busca de um novo currículo

O Conselho da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura decidiu que a meta principal da entidade em 1977 será elaborar uma proposta ao Ministério da Educação e Cultura visando a adoção de um Currículo Mínimo para todas as escolas do país. Para isso, segundo o presidente da ABEA, Eduardo Corona, é necessário um enorme trabalho de base que, em primeiro lugar, deverá avaliar o ensino que está sendo ministrado em cada uma das escolas de arquitetura.

A ABEA sugeriu a criação, em todas as escolas e cursos, de uma Comissão de Avaliação e Ensino, que permita um diagnóstico da situação atual e fixação de novos objetivos. Para auxiliar esse trabalho, foi elaborado um roteiro-base "não impositivo", aprovado na reunião do Conselho Superior da Associação, em dezembro de 76, em São Paulo, a

partir dos debates realizados em encontros nacionais e regionais. Representantes de todas as escolas, que participaram do encontro, redigiram e aprovaram recomendações sintetizando os principais problemas levantados.

Esses roteiros foram encaminhados às escolas para exame, respostas, acréscimos, esclarecimentos que forem julgados convenientes para a formulação do novo currículo.

Como explica o presidente da ABEA, esses dados serão discutidos no encontro nacional de Presidentes de Comissões de Avaliação e Ensino previsto para julho, em Ouro Preto. Em outubro, na reunião conjunta da ABEA e da CEAU, em Fortaleza, será estabelecido o documento-base, com o máximo possível de detalhamento, para posterior encaminhamento ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC.

Ainda como meta de trabalho até o final de 1977, a Associação está formando grupos de trabalho em diversos locais do país visando a preparação e seleção de textos sobre Tecnologia na Arquitetura (que serão editados em convênio com editoras). Outros grupos estão incumbidos de organizar cursos de aperfeiçoamento de professores de Paisagismo e Metodologia de Projetos. Esses cursos serão ministrados no final deste ano e no início de 78 com o patrocínio da CAPES, órgão vinculado ao MEC.

Todas as recomendações feitas pela ABEA e o roteiro base enviado às escolas de Arquitetura, estão reunidos no documento "Subsídios para Reformulação do Ensino da Arquitetura", que pode ser encontrado na sede da ABEA, rua Maranhão, 88, São Paulo, Caixa Postal 3225.

Para poder continuar pensando em você o ano inteiro, o ARQUITETO precisa que você pense nele uma vez por ano.